

## SOCIEDADE

# Estudantes brasileiros em Portugal: voltar a casa não é opção

Vieram para estudar e procurar uma vida estável. Mas a pandemia mudou-lhes os planos: perderam o trabalho e a fonte de rendimento. “A situação no Brasil está a tomar proporções absurdas”

**Ensino superior**  
**Mariana Durães** (texto)  
**e Adriano Miranda** (fotografia)

“Perdi o emprego: como vou continuar os estudos? Para onde vou? O que vou fazer?” As perguntas têm enchido as caixas de mensagens da Associação Nacional dos Estudantes e Pesquisadores Brasileiros em Portugal (ANEPBP). A culpa é da covid-19, que empurrou os estudantes internacionais para a incerteza. Os brasileiros estão na linha da frente, a braços com uma dualidade: continuar num país onde não têm trabalho nem fonte de rendimento, ou voltar a casa e encontrar uma pandemia mal gerida e sem perspectiva de melhorias.

Para muitos, o segundo cenário não está sequer em cima da mesa. “Aqui, ainda que não seja portuguesa, tenho acesso ao sistema de saúde, sou atendida quando preciso, as coisas estão mais controladas. No Brasil, a situação está a tomar proporções absurdas, não se chega a um consenso sobre como proceder. Na minha área, de investigação, lá não tem incentivo nenhum. Então eu não me vejo a voltar agora.”

As palavras são de Thais Borba, 33 anos, doutoranda em Nutrição na Universidade do Porto, a viver em Portugal desde Setembro de 2019. A pandemia tirou-lhe o trabalho como cozinheira num restaurante do Porto, que conseguiu no mês em que chegou. “No dia 16 de Março, o restaurante fechou e eu acabei ficando sem emprego. Recebi os dias trabalhados [nesse mês] e depois não recebi mais nada, porque não tinha contrato.”

Os colegas de trabalho garantiram que “o básico” não lhe faltava: “Ligaram, visitaram, perguntaram se precisava de ajuda, se tinha comida.” Mas há mais despesas. Como veio sem bolsa de doutoramento, pagar as propinas tornou-se preocupação imediata. “Acabei por não ter dinheiro para pagar.” Concorreu ao apoio único de 350 euros que a Universidade

do Porto concedeu a 236 estudantes afectados pela pandemia e decidiu suspender a matrícula. Adiou o pagamento das propinas em atraso até 31 de Agosto. E conseguiu respirar.

De acordo com o relatório do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) de 2019, há 151.304 brasileiros residentes em Portugal. Entre eles, explica Pedro Góis, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e especialista na área das Migrações Internacionais, há uma “preponderância de jovens e jovens adultos”, em que se insere um “subgrupo de estudantes de ensino superior e de investigadores”. Muitos têm nacionalidade europeia (portuguesa ou italiana, geralmente) ou “condições para a obter através da ascendência dos avós”. Encontram em Portugal um sítio “mais fácil de entrar e de se adaptarem”.

Foi o caso de Marina Didier. A cidadania italiana facilitou o processo de regularização em Portugal, onde aterrou em Fevereiro de 2019. Veio porque a situação no Brasil “está muito desfavorável” e estava a ficar “inviável psicologicamente” permanecer no país. Consigo trouxe o marido e a filha, agora com dois anos, e um objectivo: terminar o doutoramento em Design na Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto.

“Comecei a trabalhar mais ou menos em Julho de 2019 na limpeza de um hostel. Tentei algumas oportunidades na minha área, mas tenho que validar o diploma – aqui, é como se não tivesse nenhuma qualificação – e para isso preciso de cerca de 500 euros: eu não tenho esse dinheiro”, conta a jovem de 32 anos.

Quando o estado de emergência ditou que se fechassem os estabelecimentos comerciais, hostels e hotéis, Marina, que não tinha contrato de trabalho, viu-se sem rendimento. “Hoje estou-me virando com uma bolsa em real, que dá à volta de 300 euros, e o que me está a segurar realmente é o trabalho do meu marido.” O dinheiro “dá para fechar as contas



**Luiz Mayrink perdeu o emprego, Marina Didier (em cima) recebe uma bolsa de 300 euros mensais**

no final do mês”, mas não sobra muito. É distribuído entre a renda da casa – que agora dividem com uma amiga e a sua filha –, as despesas fixas, propinas e a creche da filha de Marina.

A desvalorização do real tem sido uma preocupação para muitos estudantes brasileiros em Portugal. Calil Makhoul, presidente da ANEPBP, relata que a situação financeira piorou “principalmente para aquelas pessoas que tinham familiares a enviar dinheiro”. “Agora, a quantidade que chega é menor”, afiança.

A associação fez um inquérito em Abril para perceber as alterações causadas pelas medidas de contingência na vida académica. Dos 74 que responderam à pergunta “Como está a sua situação financeira?”, 13,3% diziam já estar a passar dificuldades, 60% referiram não estar ainda numa



situação difícil – mas que o dinheiro “não devia durar muito” e 26,7% responderam “estar bem”.

### Os “uberjobs e macjobs”

Luiz Mayrink, 30 anos, viu o rendimento passar “exactamente para zero” quando foi ditado o encerramento dos bares e discotecas. A estudar Gestão de Empresas no Instituto Politécnico de Bragança, conciliava o mestrado com o trabalho como DJ. Em Janeiro foi trabalhar para uma fábrica com um salário fixo. A 20 de Março foi despedido.

A passagem das aulas presenciais para virtuais e a necessidade de procurar novas oportunidades ditada pelo despedimento acabaram por levar Luiz e a mulher a mudarem-se de Bragança para o Porto. “Aqui está bem difícil. Todas as empresas nos

estão a dizer que ainda estão a trabalhar a um ritmo lento e, por isso, os funcionários que já tinham são mais do que suficientes”, lamenta. Para assegurar “uma fonte de renda básica”, começou a trabalhar na Uber Eats. “Não gostei.” O aluguer da mota “é muito caro” (optou por usar carro próprio); e a quantidade de estafetas na cidade faz com que não lhe sobrem muitos pedidos. “O que vou receber no final do mês não vai ser suficiente para pagar as contas.”

Já Guilherme, 28 anos, tem sobrevivido graças ao subsídio de desemprego. Está a tirar mestrado em História e Relações Internacionais e Cooperação na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e trabalhava num hotel na Baixa do Porto. “Dia 13 de Março o nosso empregador convocou uma reunião propondo uma

rescisão de contrato voluntária. Queríamos que abdicássemos dos nossos direitos.” Não aceitámos, porque é completamente revoltante – ainda mais pensando que o Estado estava a tentar criar mecanismos para nos proteger, como o *layoff*.”

“Tivemos de entrar com um pedido de encerramento do contrato por falta de pagamento, porque estiveram mais de dois meses sem nos pagar o salário.” Hoje sobrevive com o dinheiro amealhado antes de vir para Portugal – reservado para pagar propinas e outras actividades relacionadas com a faculdade, como viagens para apresentar trabalhos.

Todos estes estudantes têm em comum a situação de vulnerabilidade – cenário comum quando se fala de imigração: “Vão inserir-se em sectores em que a precariedade é a norma, como empregos na hotelaria e restauração, no turismo, *call centers* ou empregos obtidos através de agências de trabalho temporário, *uberjobs* ou *macjobs*, ou os mais tradicionais ligados à construção civil ou às limpezas”, explica Pedro Góis.

A situação agrava-se quando se acrescenta o factor propina. Os imigrantes “estão sempre na primeira linha quando surgem dificuldades”, refere. “Por serem precários são os primeiros a ser dispensados dos seus empregos. Por terem salários baixos terão poupanças reduzidas e mais dificuldade em sobreviver sem rendimentos.”

Apesar dos obstáculos, voltar para o Brasil não é opção – “mesmo quando bate saudade”: “A situação lá está muito complicada. Politicamente falando, socialmente falando. É muito triste, mas não tem condições”, suspira Marina. Luiz é peremptório: “Actualmente é impossível. A pandemia está bem feia.” Guilherme corrobora: “A situação no Brasil é calamitosa. Vemos que há uma falta de liderança política. As pessoas mais pobres são as que mais sofrem e isso nos causa muita aflição.” Thais sonha em trazer a família toda para cá. “Tenho enviado currículos todos os dias para empregada de mesa, cozinheira, ajudante de cozinha. Nenhum trabalho é desmerecedor. O que eu tiver de fazer para atingir o objectivo vou fazer”, garante. Alguns dias depois de conversar com o PÚBLICO, Thais conseguiu trabalho.

mariana.duraes@publico.pt



## Aqui tenho acesso ao sistema de saúde, está tudo mais controlado

Thais Borba

Doutoranda em Nutrição

## Pandemia deixou alunos angolanos retidos em Braga

### Samuel Silva

Silvestre já devia estar em Luanda há dois meses. Estudante de mestrado na Universidade do Minho (UM), contava ir passar as férias ao seu país. A pandemia deixou-o retido e sem saber se poderá regressar em breve a casa. Não é caso único. Cerca de 20 estudantes angolanos ficaram “presos” em Braga, quase sem rendimentos. Vivem com o apoio da universidade e de instituições locais.

“As coisas estão cada vez mais difíceis. Começaram a chegar contas que têm de ser liquidadas”, conta Silvestre. No segundo ano, trabalhava ao mesmo tempo que estudava para pagar propinas, residência e alimentação. Perdeu os rendimentos quando foi dispensado da empresa de produção de pneus. Juntou-se a mais estudantes que trabalhavam no comércio e no imobiliário.

Outro dos problemas é a dificuldade de receber as transferências de dinheiro feitas por familiares desde Angola. “A última, chegou com dois meses de atraso”, conta um aluno que não quis identificar-se. E, mesmo quando chega, o dinheiro vale hoje menos do que no início do ano. “O

que eu recebia de Angola era o equivalente a 800 euros. Hoje, a mesma verba vale 380”, explica João, estudante de doutoramento, também retido em Braga.

Sem rendimentos, assumem que têm prestações relativas a propinas e ao alojamento em atraso. A UM confirma que 15 dos 35 estudantes angolanos alojados nas suas residências universitárias têm pagamentos em atraso. A instituições têm mantido “um diálogo permanente” com estes alunos, através dos responsáveis e técnicos dos Serviços de Acção Social e permitem que continuem alojados em Julho e Agosto sem fazer o pagamento antecipado das rendas. “Estão a efectuar o pagamento consoante vão tendo possibilidade, dado que existe a consciência de que se esse apoio não fosse concretizado deste modo, a maioria destes estudantes não teria outro alojamento disponível”, acrescenta fonte da reitoria.

A universidade está ainda a conceder apoio alimentar, através do pagamento das senhas de refeição nas cantinas, a 17 estudantes de várias nacionalidades. Outros recebem a alimentação de instituições locais.

Nas últimas semanas, chegou o primeiro sinal de esperança. Alguns colegas de Silvestre conseguiram regressar a Angola, num dos poucos voos que a TAAG realizou. Mas Silvestre, João e os restantes colegas têm bilhete de regresso pela TAP e não embarcaram. Esperam desde Abril por uma resposta do consulado angolano no Porto, ao qual pediram uma solução para o seu regresso ao país.

Contactado pelo PÚBLICO, o secretário de Estado do Ensino Superior e Ciência, João Sobrinho Teixeira, diz desconhecer o caso específico dos estudantes angolanos da Universidade do Minho ou de outros alunos estrangeiros que tenham ficado retidos em Portugal por causa da pandemia. “Questões como estas estarão a ser resolvidas ao nível das instituições de ensino”, respondeu o governante.



Há 20 alunos “retidos” na Universidade do Minho

samuel.silva@publico.pt